



## **A política segundo a juventude: o jornal estudantil na ONG Comunicação e Cultura<sup>1</sup>**

Alexandre Nunes de SOUSA<sup>2</sup>  
Mirleide Brito FIGUEIREDO<sup>3</sup>

Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, Ce

### **Resumo**

Este trabalho analisa a participação de estudantes de ensino médio das escolas estaduais de Fortaleza na experiência do Programa Clube do Jornal, iniciativa na área de educomunicação e protagonismo juvenil da ONG cearense Comunicação e Cultura. Nessa instituição os jovens produzem jornais estudantis a partir de uma metodologia, segundo a ONG, de participação focada no empoderamento dos jovens na busca de relações mais democráticas e horizontais de autoridade na escola. Discute-se especificamente aqui, como estes jovens entendem a política contemporânea, bem como as possibilidades e limites da participação política dos jovens no Programa Clube do Jornal.

**Palavras-chave:** Jornal estudantil; juventude; política; ONG

### **1. A ONG Comunicação e Cultura no contexto do associativismo civil brasileiro**

O Programa Clube do Jornal é uma iniciativa da ONG cearense Comunicação e Cultura no ano de 2007, momento da pesquisa de campo e coleta de dados.

As organizações não governamentais, definição dada atualmente a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, se desenvolvem paralelamente ao processo de reestruturação do sistema capitalista fundamentado no projeto neoliberal e também, da organização dos movimentos populares/sociais.

O acirramento das refrações da questão social no Brasil e também a repressão vivenciada no período ditatorial cerceando os espaços de participação da sociedade civil, e a crise do capitalismo na década de 1970, configuraram numa conjuntura propícia para o surgimento das ONGs na tentativa de superar as problemáticas que assolavam as classes populares, segundo o discurso neoliberal.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, espaço e cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Professor de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Ceará – UFC Cariri. Email: alexandrenunes@cariri.ufc.br

<sup>3</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Email: mirfigueiredo@gmail.com



Várias dessas instituições surgem do seio desses movimentos, muitos advindos da igreja católica, tendo como base ideológica a Teologia da libertação, uma concepção defendida na igreja e na sociologia de que a pobreza/miséria é um “pecado estrutural” e, portanto, deveria ser combatida pelos pobres e sensibilizados em prol de uma sociedade mais justa e solidária, teve força na década de 1970 e 1980, mas, com o neoliberalismo perdeu seu poder de mobilização. Foi fundamental para a formulação de uma concepção de participação verdadeiramente democrática em nosso país. E também, utilizavam nas suas ações a pedagogia da educação popular, que inicialmente foi utilizada no processo de alfabetização e posteriormente, absorveu um caráter político e de grande relevância na sociedade devido às lutas sociais por melhorias nas condições de vida e justiça social (RAVIOLO, 2003).

Não se nega o papel importante que essas instituições tiveram no processo de redemocratização do país, como agentes políticos junto aos movimentos sociais organizados e na mobilização social para ampliação da participação popular nas políticas estatais pós ditadura. No entanto, segundo Montañó, mesmo as ONGs que são realmente comprometidas e buscam nas suas ações garantir a manutenção e a ampliação dos direitos sociais acabam por fortalecer o projeto neoliberal, uma vez que essas estão inseridas no que se conhece como *terceiro setor*:

Refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às seqüelas da “questão social”, segundo os valores da solidariedade voluntária e loca, da auto-ajuda e da ajuda-mútua. (2003, p. 22)

E são como estratégia, muito mais do projeto neoliberal do que do fortalecimento e organização das classes populares que nas décadas de 80 e 90, um aumento considerável do número de ONGs no Brasil, atuando nas mais diversas áreas (meio ambiente, educação, saúde entre outras).

As questões acima levantadas são importantes para se compreender que as ONGs surgem dentro da contradição do sistema capitalista e portanto, o Comunicação e Cultura é uma instituição que também vive essa contradição.

No tocante à questão da juventude, Sposito(2003), verifica que no Brasil é inegável que os jovens sejam, ainda, tematizados e ligados a problemas sociais (violência, drogas, desemprego e etc.). Nesta perspectiva, as políticas públicas definidas pelo Estado e voltadas para os jovens e que obedecem a essa lógica - do jovem como



problema - têm um caráter controlador e tutelado da vida dos jovens, não os reconhecendo como sujeitos de direitos.

Assim, as ONGs, com suas metodologias e maneiras diferenciadas de trabalhar com jovens, ganham espaço no país, pois advindas da sociedade civil, teriam em seus discursos a tendência de compreender e trabalhar com os jovens como sujeitos ativos e de direitos.

A criação do Comunicação e Cultura é significativa para o Ceará, principalmente no início, pois além de trazer o perfil de instituição da sociedade civil focada em valores democráticos, trabalha com áreas importantes e que até então não eram exploradas pelo Estado ou mesmo por outras organizações, mídia alternativa e educomunicação.

Os sócios fundadores da ONG, ao participarem de uma pesquisa-ação na comunidade do Mucuripe, bairro de Fortaleza, em 1987, foram convidados por moradores a auxiliá-los na construção de um jornal para sua associação.

A partir dessa experiência surge de fato, em 1988, a ONG Comunicação e Cultura, a qual em 1991 foi legalmente fundada com sede situada à rua Castro e Silva, 121, Ed. Oriente, Centro- Fortaleza/CE. Inicialmente o trabalho era voltado para assessoria de jornais comunitários com o projeto “Jornais Comunitários Associados”.

Em 1995, agora em âmbito escolar a ONG apresenta a SEDUC a proposta do Programa Clube do Jornal a ser desenvolvido nas escolas públicas do Ceará. A ideia dessa parceria foi fruto de uma relação antes consolidada com o Coordenador e Fundador do Comunicação e Cultura e o então Coordenador Executivo do UNICEF no Ceará – como cita Sousa:

A entrada da ONG na SEDUC se deu pelo fato do Coordenador executivo do escritório do UNICEF no Ceará – importante financiador dos trabalhos do CeC- ter se tornado secretário de Educação do estado do Ceará. (...) a instituição propõe, ainda, com esteio nada produção de mídia alternativa, especificamente, o jornal estudantil-, a incorporação de alguns ganhos do Estado democrático de direito que ainda se apresentam precários no interior das instituições de ensino. Em especial na efetivação da liberdade de expressão ( 2008, p.62).

Além do Estado, as ONGs tinham parcerias com fundações e instituições nacionais e/ou internacionais. Cabe ressaltar que a forma de financiamento tinha haver com as prioridades dos financiadores, assim algumas áreas temáticas passaram a ter maior importância no âmbito social e por isso as possibilidades de conseguir realizar os trabalhos nas comunidades, no caso do Comunicação e Cultura, nas escolas, aumentavam se as ações da ONG tivessem o perfil de interventor buscado nas



concorrências de projetos. Portanto, ter projetos/programas que tenham maiores possibilidades de financiamento facilitava a sustentabilidade dessas organizações.

Montaño (2003) analisa esse estímulo através dos financiamentos para as ações da sociedade civil, no sentido de ampliá-las como uma das ações dentro da (contra) reforma do Estado, defendida no Consenso de Washington para o fortalecimento do projeto neoliberal.

Agregado a essa realidade o Comunicação e Cultura passa a trabalhar em âmbito escolar, também, porque considera “a comunicação e a liberdade de expressão como ferramentas importantes para o aprimoramento dos processos pedagógicos e para a própria mudança institucional da escola pública.”<sup>4</sup>

É neste contexto que a instituição define seus objetivos e finalidades como sendo a promoção de atividades educacionais, de educação ambiental, e projetos de desenvolvimento social; promoção da cidadania, dos direitos humanos e dos direitos da infância e da adolescência junto a jovens e escola do Brasil; a utilização dos recursos da comunicação alternativa e da mobilização social para a melhoria da qualidade de vida e a formação de atitudes participativas e solidárias; prestação de assessoria à secretarias de educação, escolas, grupos comunitários, instituições e pessoas que desejam criar veículos de comunicação sem fins lucrativos; realização de pesquisas de natureza educativa ou cultural, e por fim, têm por finalidade editar jornais, livros e outros tipos de publicações de natureza educativa e cultural (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2010).

O trabalho inicial da ONG foi de consolidar a metodologia<sup>5</sup> do Clube do Jornal como integrante do Programa Escola de Cidadãos no estado do Ceará passando posteriormente a investir em outras ações, também na área de educomunicação. Essas surgem a partir de demandas dos parceiros e do amadurecimento metodológico da instituição. Nesse contexto o Programa Escola de Cidadãos é ampliado em 1998 e tem seu nome modificado para Programa Jornal Escola.

A estrutura da ONG é composta por 01 laboratório de informática (com 20 computadores e acesso a internet), 01 sala para realização de atividades, 10 salas de trabalho distribuídas por setores (Fala Escola, Primeiras Letras, Comunicação,

---

<sup>4</sup> Texto obtido através do site institucional [www.comcultura.org.br](http://www.comcultura.org.br). Acesso 04 de julho de 2011 às 10:35.

<sup>5</sup> A metodologia do Programa Clube do Jornal tem como conceitos fundantes: a Comunicação alternativa, a Educomunicação e o Protagonismo Juvenil. Sua operacionalização acontece por meio, principalmente, de parceria com Secretarias de Educação da qual resulta a realização de atividades de capacitação, acompanhamento, impressão de jornais estudantis e avaliação junto aos grupos beneficiados com ação.



Recepção e expedição de jornais, manutenção de informática, Coordenação geral, Administração, Recepção geral e Impressão gráfica). Nestes setores trabalham 13 funcionários, para realização do Programa Jornal Escola a ONG realiza, também, contratação de profissionais de forma temporária.

## **2. Programa Jornal Escola: uma estratégia de educomunicação**

O Programa Jornal Escola apóia atualmente 775 jornais<sup>6</sup>, desenvolvidos a partir de suas três ações centrais, a ferramenta pedagógica Primeiras Letras, o Programa Fala Escola e o Programa Clube do Jornal.

As três ações utilizam a comunicação alternativa<sup>7</sup> (jornal impresso) como instrumento de intervenção para o processo de educomunicação<sup>8</sup>, mas são distintas quanto à forma de desenvolvimento nas escolas e público participante.

O Programa Primeiras Letras, incluído no planejamento escolar, envolve professores (as) e alunos (as) dos anos iniciais do ensino fundamental. A ONG realiza uma capacitação com os (as) coordenadores (as) pedagógicos das escolas, que são responsáveis pela realização dessa ação em suas escolas, mediante discussões em sala de aula esses (as) profissionais incentivam seus (suas) alunos (as) a escreverem textos sobre vários temas, os quais são publicados num jornal escolar. Após a impressão da edição, essa retorna para sala de aula, a fim de servir como um instrumento pedagógico onde o (a) professor (a), poderá trabalhar tanto a correção e leitura dos textos, quanto às questões temáticas trazidas nessa publicação.

A instituição considera essa ação como importante colaboradora da escola pública, quanto à alfabetização e letramento, bem como, para promoção da cidadania de seus (suas) alunos (as).

O Programa Fala Escola é uma das iniciativas mais recentes da ONG, nasce em 2008 como estratégia de atendimento ao público de pré-adolescentes e adolescentes que cursam os anos finais do ensino fundamental. Aqui são editados e impressos jornais

---

<sup>6</sup> Dado obtido através do portal <http://jornalescolar.org.br/> acesso: 04 de julho de 2011 às 11:29.

<sup>7</sup> Segundo PERUZZO (2010,p. 16) a Comunicação Alternativa representa “ uma contra-comunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social.”

<sup>8</sup> A educomunicação se define como um campo de conhecimento emergente de práticas que transitam entre as fronteiras da Comunicação e da Educação. (SOARES, 2009, p. 4)



escolares produzidos pelos próprios alunos com acompanhamento de educadores e de professores das escolas participantes.

O Programa Clube do Jornal, foco desta investigação e anterior à experiência do Primeiras Letras, foi criado em 1995, atualmente o Programa encontra-se parado devido questões de negociação para renovação de convênios com as secretarias de educação de Pernambuco e do Ceará.

Neste programa, o público direto corresponde a estudantes de escolas públicas, que estão cursando o os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio.

Por meio desse os jovens, que têm interesse na área da comunicação se engajam, organizando grupos de estudantes denominados de Clubes do Jornal. Em cada escola envolvida é formado um Clube, com o intuito de publicar um jornal estudantil.

Todo o processo de construção do Clube é realizado pelos (as) estudantes participantes (denominados sócios do clube), desde a escolha do nome do jornal, das matérias, diagramação eletrônica do jornal, periodicidade<sup>9</sup> até a distribuição e avaliação da publicação na escola.

Desde seu início o Programa vem passando por alterações metodológicas no sentido de atender as demandas das escolas e a lógica de ampliação geográfica da ação defendida pela ONG (desenvolvimento em grande escala) para todos seus Programas. Portanto, aqui nos deteremos a apresentar a metodologia usada no período da pesquisa.

Aos (às) jovens participantes era ofertado, pela instituição, o curso de jornalismo estudantil composto por 10 oficinas temáticas e focadas na produção das edições, oficinas de diagramação eletrônica, intercâmbios de experiências e acompanhamento pedagógico realizado por educadores do Programa.

Este acompanhamento tinha o objetivo colaborar com os Clubes na solução de situações problemas que surgiam durante a execução do Programa nas escolas. Os jovens têm como norteador de suas publicações um código de ética, construído no período de formação do programa (1994) por educador da própria ONG, dispondo de cinco itens: os jornais promovem os direitos humanos em toda sua extensão e uma visão tolerante das diferenças culturais, raciais, de gênero, sexuais, religiosas e outras; os jornais concedem Direito de resposta na mesma edição; eles não podem ser utilizados

---

<sup>9</sup> Essa varia conforme a realidade de cada Clube do Jornal, não podendo ultrapassar uma edição por mês.



para promoção pessoal ou partidária; todas as matérias publicadas são assinadas pelos autores; os jornais publicam prestação de contas e declaram a tiragem no expediente.<sup>10</sup>

Este código é, para a ONG, uma garantia ao respeito à pluralidade e à liberdade de expressão dos jovens. Sua vigência se dá por meio de um “pacto” estabelecido entre o Comunicação e Cultura e os Clubes, considerado importante para a efetivação dos objetivos do Programa nas escolas. Sendo o objetivo geral do Programa “introduzir na escola a liberdade de expressão juvenil para renovar as relações entre a instituição e seu público e fortalecer as instâncias participativas (Conselho Escolar e grêmios estudantis)” (COMUNICAÇÃO E CULTURA, s/d, s/p).

Na organização dos grupos a ONG define como necessárias duas funções dentro dos jornais estudantis, o moderador ético que é responsável pelo cumprimento do código de ética nas publicações e outro cargo que é tido como obrigatório dentro dos Clubes, seguindo orientações da ONG, é o de tesoureiro (a), o (a) qual se torna um (a) administrador (a) dos recursos financeiros do grupo. Apesar da exigência da ONG por esses cargos, o Clube do Jornal fica livre para decidir como se organizar, definindo outros cargos necessários para o funcionamento do Clube na escola.

No Comunicação e Cultura existe um espaço e função específica para tratar da questão ética dos jornais estudantis e escolares, chama-se “Ouvidoria”. A ouvidoria é um posto ocupado por um educador(a) do Clube do Jornal que faz a leitura das edições enviadas pelos clubes para impressão, a fim de verificar se essas estão respeitando o código de ética. Caso, o (a) ouvidor(a) perceba alguma discordância com o código de ético, contata com o (a) moderador (a) ético do Clube para buscar alternativas que venham solucionar a questão.

A ONG reconhece a Ouvidoria como uma possibilidade de uma abordagem pedagógica junto aos Clubes, quanto aos assuntos publicados nos jornais, o que se acredita repercutir numa reflexão sobre a qualidade dos jornais e sobre o “papel” social desse na escola.

No entanto, Para Araújo<sup>11</sup>, o exercício dessa função pelo Comunicação e Cultura, compromete a autonomia e responsabilidade dos clubes com suas publicações, além evidenciar “o controle que a ONG exerce na publicação dos jornais.”(2005, p.30)

---

<sup>10</sup> A cartilha sobre a ética no jornalismo escolar está disponível para download no site [jornalescolar.org.br](http://jornalescolar.org.br)

<sup>11</sup> Alessandra Oliveira Araújo, realizou sua pesquisa monográfica no programa Clube do Jornal em 2005, seu trabalho tem como tema “A identidade da juventude nos jornais estudantis: análise dos jornais produzidos por adolescentes que participam do projeto Clube do Jornal.” Para um maior aprofundamento neste tempo vide a citada obra.



Para a ONG, a missão do(a) ouvidor(a) é alertar sobre os deslizes contra o pacto que fundamenta a união do Programa com os Clubes, no caso o código de ética. Noutra pesquisa que aborda a questão da mediação da ONG na relação dos grupos com a escola, tratando da função da Ouvidoria, Sousa compreende a criação dessa função como sendo,

[...]uma estratégia da ONG para diminuir a influência dos educadores da escola na produção dos jornais em vistas da garantir a preservação daquele espaço público. Pois dali em diante o Comunicação e Cultura entraria em cena como uma instituição educativa de igual estatuto que a escola e que, como tal, deveria ter sua metodologia de atuação respeitada uma vez que era institucionalizada pela SEDUC (2008, p. 109).

Aqui, expõe-se a ideia da Ouvidoria como sendo, ao contrário do que defende Araújo, um espaço de garantia da autonomia dos Clubes diante a direção da escola e de outros atores já que estes não têm acesso à edição antes da impressão. A ONG como espaço educativo e parceira dos Clubes na realização do jornal teria dos financiadores a legitimidade para negociar o processo de amadurecimento dos jovens tendo por base que se trata de um Programa de educomunicação que visa não só a produção de uma mídia alternativa, mas, colaborar com a formação cidadã dos jovens envolvidos. Nessa proposta são colocados como conceitos fundamentais, a liberdade de imprensa e o protagonismo juvenil.

Liberdade de imprensa, porque se entende que os grupos, através da publicação dos jornais propiciam uma gestão mais democrática na escola, criticando o espaço educacional no qual é fortalecida a qualidade da gestão e envolveriam os outros estudantes no processo de participação promovendo a liberdade de expressão dos jovens nesta realidade. Neste ponto de vista arisca-se afirmar que o jornal estudantil é um espaço de controle da política de educação já que é recorrente nas edições matérias relativas a gestão dessa política no plano micro, na comunidade.

E protagonismo juvenil, por terem a participação dos jovens como elemento central na alteração e renovação das instituições sociais. Esta ideia é contrária ao entendimento dos jovens como problema e busca afirmá-los como sujeitos ativos na sociedade. Abordaremos esse tema no terceiro capítulo.

É mediante a experiência do Clube do Jornal e partindo da ótica dos jovens, sócios dos Clubes, participantes do Programa no ano de 2007 que se busca compreender como se da a relação juventude e participação política, refletindo sobre possibilidades e limites de novas formas de participação e mobilização juvenil.



É mediante a experiência do Clube do Jornal e partindo da ótica dos jovens, sócios dos Clubes, participantes do Programa no ano de 2007 que se busca compreender como se dá a relação juventude e participação política, refletindo sobre possibilidades e limites de novas formas de participação e mobilização juvenil.

### **3. A política segundo as juventudes do programa clube do jornal**

A palavra “política” vem de polis que significa “cidade”, um conceito que surge na sociedade grega no momento em que essa se organiza em cidades-estado. No campo político eram resolvidas as questões que envolvem o desenvolvimento das cidades e o político tinha o papel de defender os interesses de todos. Alves no texto “Sobre política e jardinagem” mostra de forma poética o que seria o político para os gregos,

A cidade era, para os gregos, um espaço seguro, ordenado e manso, onde os homens podiam se dedicar à busca da felicidade. O político seria aquele que cuidaria desse espaço. A vocação política, assim, estaria a serviço da felicidade dos moradores da cidade (2002, p.9).

Percebe-se uma visão da política como um campo harmonioso, sem conflitos onde o interesse de todos era considerado. É verdade que é no espaço político que todos que compõem a sociedade civil buscam sua “felicidade”, considerando essa como sendo a realização dos interesses dos envolvidos, no entanto, esse não é um campo harmonioso, mas, pelo contrário é um espaço de poder, onde somente através das lutas de posição, do embate ideológico e da busca do consenso que se consegue garantir momentos de “felicidade”.

Segundo Ribeiro (2004), o conceito de política se aproximou bastante nos últimos anos do conceito de democracia, ou seja, as características que servem para definir o processo de participação democrática seriam semelhantes (se não iguais) as que representam um ato participação política.

Classicamente, enquanto forma de governar a política era dividida em três regimes: monarquia, aristocracia e democracia (RIBEIRO, 2004) e é em decorrência do declínio dos dois primeiros regimes que democracia e política passam a se misturar enquanto conceitos. Porém, é necessário ressaltar que mesmo sendo próximos conceitualmente, afirma-se política como algo mais amplo que a democracia.



Coutinho ao estudar o conceito gramsciano de política indaga que para o pensador “tudo é política” que essa é ineliminável da práxis humana e está em todas as relações. Segundo o autor a política

é identificada como liberdade, com universalidade, ou, mais precisamente, com todas as formas de práxis que superam a simples recepção passiva ou manipulação dos dados imediatos da realidade (recepção e manipulação que caracterizam grande parte da práxis técnico-econômica e da práxis cotidiana geral)...que todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, ou seja, que todas contêm a política como elemento real ou potencial ineliminável (2003, p. 70).

Nessa perspectiva, a política “restrita” dos Estados autoritários e liberais, cede progressivamente lugar para a sociedade civil, tornando o espaço da política um campo “amplo” de negociações, e, portanto, mais democrático.

Na visão dos informantes da pesquisa é percebido uma restrição do conceito a questões legais, administrativas ditas, da política enquanto forma de governo e necessária para o desenvolvimento do país. No entanto, nota-se que mesmo havendo essa restrição do conceito de política, esse aparece na maioria das entrevistas no seu sentido mais amplo, não só da política institucionalizada, mas, de uma política vivida na esfera da sociedade civil, uma política do cotidiano que permeia a interação em espaços de participação. Como aponta o informante 2, “de certo modo é nossa vida em si, porque tudo que vivemos e fazemos gira em torno da política que é o aumento do salário, saúde, tudo isso é política querendo ou não”.

Outro elemento importante para definir a partir da visão dos jovens esse conceito é o reconhecimento do espaço político como campo de negociação, de busca pela hegemonia através do consenso. Coutinho (2003) coloca como elemento primeiro da ciência e das artes políticas a existência efetiva de governantes e governados, mas, que essa relação pressupõe a legitimidade das ações dos governantes através do consenso, ou seja, do apoio da opinião pública. Neste mesmo sentido para a informante 8 a política:

É a sociedade em si eu acho, que política se faz através dos outros, com ajuda dos outros, uma pessoa lança um projeto e os outros têm que aceitar, política pra mim acho que é uma coisa importantíssima para o país e para qualquer outro tipo de organização e ela vai ajudar bastante né, se ela for de comum acordo com todos a política é certa e não errada.



Já na fala do informante 5 é colocado um outro aspecto, sendo essa significada como “qualquer tipo de ação que um grupo de pessoas fazem para mudar certas situações, certos problemas que existem.”

Essa interpretação parece fazer ligação com a ideia de “micropolítica” apresentada por Simionatto (2003), definida por essa sendo, o espaço que compõe as lutas cotidianas em prol de causas, como: moradia, educação, segurança e tantas outras, motivadas pelo desejo individual ou coletivo de intervir na realidade social.

Fica mais claro essa articulação do sentido da política como “micropolítica” quando se pergunta aos jovens sobre quais os espaços onde se faz política. Segundo os informantes, não é somente os restritos as formas tradicionais de política, mas, os espaços de intervenção social, de participação da sociedade civil contemporânea que são ditos como lugar de negociação e que impulsionam as mudanças sociais em nível local sem, contudo, vislumbrar mudanças no campo da hegemonia na sociedade. Apesar de haver uma noção generalizada de onde a política pode acontecer é relevante observar que para os jovens é o desejo coletivo que define se a intervenção pode ser considerada uma ação é política ou não. Neste sentido a informante 6 afirma que a política como onipresente e ação coletiva,

Todo canto, tudo tem política. Em casa tem o orçamento, respeito pelos colegas, a organização, respeito pela autoridade maior. Isso também se passa na escola, e se você não gosta, tem que reivindicar pelo menos expressar sua opinião e tentar fazer alguma coisa para a situação melhorar para o bem de todos não só o seu porque isso seria egoísmo.

Ou como reforça o informante 8,

Em todo canto, qualquer pessoa pode fazer política é só a pessoa ter uma meta, botar pra frente o que ela quer, expondo às pessoas pedindo ajuda e assim a política não se faz sozinha por isso tem eleição então cada um tem que saber trabalhar com outras pessoas e não sozinho.

Teve-se a cautela nessa pesquisa de não identificar essa vontade coletiva de mudar as situações locais, apresentada pelos informantes e as ações que eles participam como sendo um processo que levaria a catarse. Segundo Coutinho a política em Gramsci, aqui tratando da grande política, seria sinônimo de catarse, reconhecendo que “seria ‘catártico’ o momento no qual a classe, graças à elaboração de uma vontade coletiva, não é mais um simples fenômeno econômico, mas se torna, ao contrário, um sujeito consciente da história”. (2003, p.71)



Nesse sentido, Gramsci(1984) divide a política em grande e pequena. A grande política corresponderia a esse campo de negociação onde acontecem as mudanças que de fato interferem na mudança social e econômica de forma macro, um espaço onde os projetos societários e coletivos disputam espaços de posição através de seus defensores. Já a pequena política se mostra através da cotidianidade, onde o foco de discussão são as questões já estabelecidas pela grande política e portanto, seu poder de mudança estrutural é reduzido.

Não se nega a relevância e os impulsos progressistas dados no campo grande política, quando se percebe a contribuição das classes operárias nas transformações progressistas e emancipatórias no interior do capitalismo, deixando claro que a sociedade civil é um espaço de disputa política. Um exemplo, dessa mobilização da pequena política que teve impactos significativos foi o movimento “fora Collor” com os jovens “carapintadas”, mesmo tendo sido considerado como uma manifestação política pontual. Segundo Coelho:

Não é improvável que sem o peso da presença dos jovens – que não deixaram de exibir simultaneamente sua identidade etária, visível nos rostos pintados ao modo das torcidas esportivas tal como difundido pela TV para o resto do mundo a partir da Inglaterra –o impeachment não tivesse recebido a aprovação parlamentar (1996-1997, p.162).

O que parece é que a vontade de mudar a realidade continua sendo uma busca da classe trabalhadora, mas, agora é feita usando uma estratégia na qual as questões locais seriam resolvidas processualmente resultar em mudanças na estrutura social. Por isso a pequena política, do cotidiano, das relações sociais, seria considerada importante para a inserção das classes que dependem do trabalho, e essa para os informantes pode ser realizada em todos os espaços de sociabilidade.

Essa lógica de intervenção é fruto do surgimento de um conceito de sociedade civil contrário ao que Gramsci desenvolveu. Na contemporaneidade, se constroem a partir da implementação do projeto neoliberal novas relações entre o Estado e a sociedade civil. Para está cabe dentro da lógica neoliberal no que tange às políticas sociais, criar projetos, ações que deem conta das refrações da questão social. Ora, uma vez que não tendo estrutura suficiente e adequada para responder as demandas gerais da sociedade, essas ações da “nova” sociedade civil são fragmentadas, focalizadas e fortalecidas pela sensação de que as mudanças locais geram mudanças no campo macro.



Nesse contexto, a micropolítica ganha centralidade e os atores políticos universais, são fragilizados e subestimados como é o caso dos partidos políticos. Isso porque na sociedade civil os interesses que pautam suas ações são grupais e específicos, de políticas localizadas e que acabam esvaziando a perspectiva progressista das lutas pela totalização dos processos sociais (SIMIONATTO, 2003).

Vale ressaltar que permeia na sociedade civil uma sensação de incapacidade quanto às possíveis saídas das crises advindas da lógica neoliberal, que promovem o acirramento das problemáticas que têm se lutado historicamente para resolver, como: desigualdade social, violência e desemprego, por exemplo.

Assim, estas estratégias parecem ser usadas pela sociedade civil na busca dessas soluções são ações críticas, da pequena política. Importantes para o local onde se realizam e, portanto ser estimuladas, pelo fato de se configurarem como espaços legítimos de participação popular e ampliação da democracia, mas, se precisa atentar que o dilema das micropolíticas “reside no esforço para que tais lutas cotidianas não se restrinjam a interesses individuais e particularistas, desagregadas de um projeto totalizador, acabando por perder-se no vazio.” (Idem, p.284)

A ressalva feita neste tópico é para que possa desnaturalizar o discurso de que todas as ações da sociedade civil devem ser consideradas ações que interferem na grande política. A solidariedade, a ajuda ao próximo, o fazer coisas não constitui por si só em ações que visam alteração na realidade macro. Coutinho apresenta a política sendo um:

fator de mediação, um campo em que se combinam atos, regras e instituições voltadas para a conquista do poder, da direção e da liderança, bem como para a organização dos interesses e da própria vida comum, ou seja, entendida como campo do Estado em sentido amplo – é o principal motor de agregação e unificação das sociedades (2003, p.222).

Se o campo político é espaço de negociações e da busca de consenso, do diálogo pela mudança de algo, não se deve pensar que qualquer ação tenha em sua estratégia um caráter político. E nesse sentido, para análise do Programa Clube do Jornal como espaço de participação política dos jovens que se considera as questões levantadas sobre o que é política.

### **3. Referências bibliográficas**

ALVES, Rubem. **Conversa sobre política**. Campinas, SP: Verus, 2002.



ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **A identidade da juventude nos jornais estudantis**: análise dos jornais produzidos por adolescentes que participam do projeto Clube do Jornal. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Jornalismo) – Curso de jornalismo, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2005.

Comunicação e Cultura. **Conceitual do Programa Clube do Jornal**. Fortaleza, S/D

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Comunicação e Cultura**, artigo 2º, oitava reforma. Fortaleza, 2010.

COELHO, Teixeira. Cultura e Cultura política dos jovens. In: Coordenadoria de comunicação social, universidade de São Paulo. **Revista USP**. (dez-fev). São Paulo, SP: USP, CCS, 1996,1997.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Mirleide de Brito. **Juventude e política**: a participação juvenil na experiência do Programa Clube do Jornal. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERUZZO, Cicilia M. Krohning. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: BARBALHO, Alexandre (Org.). **Comunicação Para a Cidadania**: temas e aportes teórico-metodológicos. São Paulo: INTERCOM, 2010.

RAVILOLO, Daniel . Introdução. In: Fiege, Hans-Jürgen. (org.). **ONGS no Brasil**: perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003. p.15-17.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: contribuições para o debate em torno da reforma do ensino médio. In: REDE CEP. **Sistematização de conhecimento**. Versão 1.0.2009.

SOUSA, Francisco das Chagas Alexandre Nunes de. **Políticas Culturais e Juventude**: tensões e mediações construindo o jornalismo estudantil. 2008. Dissertação (Mestrado de Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.



RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, Carlos Nelson/ TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de política públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57- 73.